

PUBLICIDADE LEGAL

Insumos da indústria têm maior alta em 18 meses

A escalada dos conflitos no Oriente Médio puxou a alta mais acentuada nos custos de insumos utilizados pela indústria brasileira em 18 meses. Os participantes da pesquisa feita pela S&P Global na apuração do Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) ligaram a alta à guerra no Oriente Médio e ao aumento nos preços internacionais do petróleo.

O choque inflacionário está sendo repassado aos clientes, com os preços de venda atingindo o maior patamar em 20 meses.

Segundo a S&P, o movimento ameaça enfraquecer ainda mais a demanda, num momento em que a indústria de transformação dá sinais de uma contração mais suave, com índice de 49 em março. Leituras abaixo de 50 indicam baixa na atividade do setor.

Conforme o relatório da S&P, os dados indicam pressões inflacionárias crescentes, desafiando a recuperação do setor. As fábricas, mostra o levantamento, subiram seus preços de venda no ritmo mais forte em 20 meses, igualando os picos de agosto de 2024 e de fevereiro de 2025. O movimento revela uma tentativa de proteger as margens de lucro.

O otimismo empresarial caiu para o menor nível em onze meses, dadas as preocupações com a concorrência e a guerra no Oriente Médio, além das incertezas relacionadas às eleições deste ano.

A avaliação é de que os dados de março retratam um quadro complexo para a indústria brasileira, onde os choques de custos externos neutralizam os esforços de recuperação.

Prefeitura Municipal de Muliterno

Editais de Licitação

O Município de Muliterno/RS torna público as Licitações: **Pregão Presencial 002/2026** – Objeto – Prestação de Serviços Veterinários – **Abertura das Propostas** – 22/04/2026 às 09:00 horas; **Pregão Presencial 003/2026** – Objeto – Prestação de Serviços Médicos – Clínico Geral – **Abertura das Propostas** – 23/04/2026 às 09:00 horas; Local: Centro Administrativo Municipal, Setor de Licitações, sito a Rua Vinte de Março, 156, informações pelo fone 54 3386 1111 ou ainda por e-mail: compras@muliterno-rs.com.br. Editais disponíveis no site www.muliterno.rs.gov.br.
Muliterno, 31 de março de 2026.
Cleucir Vidi, Prefeito Municipal

MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.181.987/0001-77 - NIRE 43.300.052.885 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026 - Ficam convocados os senhores acionistas da MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 14:00 horas, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, do Parecer do Comitê de Auditoria, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes; (ii) Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos; (iii) Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital com vigência até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026; (iv) Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (v) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (vi) Fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. E, em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para (a) modificar regras relativas à competência da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (b) modificar regras relativas à composição do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (c) modificar regras de representação da Companhia; e (d) aprimorar a redação; e (ii) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Todos documentos pertinentes à Assembleia estão à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (<http://ri.melnick.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br/) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br/), nos termos da Resolução CVM 81, incluindo a Proposta da Administração relativa à Assembleia ("Proposta da Administração") e os Boletins de Voto a Distância. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio da Plataforma Digital ou via Boletins de Voto a Distância, em observância ao disposto na RCVM 81. A Companhia entende que a forma exclusivamente digital é a mais adequada para a realização desta Assembleia por facilitar a participação de seus acionistas, que poderão participar da Assembleia sem a necessidade de comparecimento presencial em sua sede. Além disso, esta foi a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação na Assembleia constam da Proposta da Administração. Esclarecemos que os acionistas poderão participar via sistema eletrônico diretamente ou por procurador devidamente constituído, sendo que as regras para outorga de procuração encontram-se detalhadas na Proposta da Administração. **Participação remota por meio de sistema eletrônico.** O acionista que desejar participar da Assembleia pela Plataforma Digital deverá enviar à Companhia, no endereço eletrônico ri@melnick.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da realização da Assembleia, ou seja, até o dia 27 de abril de 2026, e-mail contendo a documentação indicada abaixo ("Solicitação de Acesso"). As regras e orientações detalhadas, bem como os procedimentos e informações adicionais para a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital constam na Proposta da Administração. **Participação mediante envio dos Boletins de Voto a Distância.** Nos termos da RCVM 81, e conforme detalhado na Proposta, os acionistas que tiverem interesse em exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins de Voto a Distância poderão: (i) preenchê-los e enviá-los diretamente à Companhia por e-mail acompanhado dos documentos indicados na Proposta da Administração; ou (ii) enviar as instruções de voto para os seguintes prestadores de serviço utilizando os canais por eles disponibilizados, sendo que: (ii.1) no caso de acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas na Central Depositária da B3, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio dos respectivos agentes de custódia ou da Central Depositária da B3; ou (ii.2) no caso de acionistas detentores de ações que estejam em ambiente escritural, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, escriturador das ações da Companhia. Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e o artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("RCVM 70"), o percentual mínimo necessário para a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia, observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia para tal requisição. Em cumprimento ao disposto na RCVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, combinado com o artigo 4º da RCVM 70. Em caso de dúvida com relação aos procedimentos acima, favor contatar: Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. - A/C. Relações com Investidores - Sr. Juliano Melnick - E-mail: ri@melnick.com.br. Porto Alegre (RS), 27 de março de 2026. **Milton Melnick** - Presidente do Conselho de Administração

LOJAS QUERO-QUERO S.A. Companhia Aberta LQJQ3 B3 LISTED
CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Senhores Acionistas da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida General Flores da Cunha nº 1.943, cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório anual da administração, dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 6 (seis) membros; (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (iv) Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2026, conforme proposta da administração. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a alteração do Artigo 3º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, para refletir ajuste no endereço da sede, que permanece no mesmo endereço; (ii) Aprovar a alteração do Artigo 5º, *caput* e parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, para incluir atividades acessórias àquelas atualmente previstas em seu objeto social, bem como esclarecer que todas as atividades compreendidas em seu objeto social podem ser desenvolvidas por canais de negócio presenciais e não presenciais; (iii) Aprovar a alteração do Artigo 7º, *caput*, de forma a restabelecer o limite do capital autorizado; (iv) Aprovar a alteração do Artigo 16º, dos incisos (iii), (iv), (v), (vi), (x), (xi), (xii) e (xiv), e parágrafo único, do Estatuto Social, para atualizar os valores de alçada previstos em tais incisos, de acordo com a regra de atualização monetária já prevista no parágrafo único, bem como ajustar o termo inicial de tal regra de atualização monetária; (v) Aprovar a exclusão do Artigo 45 do Estatuto Social, dada a verificação da condição prevista neste dispositivo para início da sua eficácia; e (vi) Consolidar Estatuto Social da Companhia. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar na Assembleia (incluindo instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia. **Instruções Gerais** - Participação na Assembleia. Nos termos do artigo 6º, §1º da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas que pretendem participar da Assembleia deverão acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/442785800>, criar um cadastro com login e senha único, indicando a "Participação" como "Ao vivo", anexar as documentações conforme abaixo, ir na guia "Assembleia", marcar os votos (caso queira antecipar os votos) e confirmar.

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ⁽¹⁾	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽³⁾	X	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo ⁽²⁾	-	-	X

⁽¹⁾ Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte (no caso de estrangeiros) e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

⁽³⁾ No caso de representação por procurador.

Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não apresentem previamente os documentos acima referidos, bastando que compareçam à Assembleia munidos de tais documentos até a abertura dos trabalhos, conforme o art. 6º, §2º da Resolução CVM nº 81/22. Nesse caso, solicita-se que os acionistas compareçam com antecedência de modo que a conferência dos documentos possa ser realizada em tempo hábil para a sua participação. Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, exceto os documentos elaborados em inglês ou espanhol. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento. A Companhia ressalta, que não será necessário o envio físico dos documentos que já tenham sido enviados de maneira eletrônica caso estes tenham sido produzidos e assinados com uso da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes, ao depositário central ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos do boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia. O percentual mínimo de participação no capital social votante para (i) requerer a instalação do Conselho Fiscal é de 2% e (ii) solicitar que a eleição dos membros do Conselho de Administração ocorra pelo sistema de voto múltiplo é 5%. A Companhia informa que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.quero-quero.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br/), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 81/22 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia.
Cachoeirinha, 31 de março de 2026. **Christiano Antoniazzi Galló** - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026: Aquisição de veículo. ABERTURA: 17.04.2026. HORÁRIO: 08 horas.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026: Aquisição de materiais elétricos, destinados para reforma elétrica na Secretaria da Educação. ABERTURA: 22.04.2026. HORÁRIO: 08 horas.

Os editais estão disponíveis no site: www.arroiodomeiros.com.br, no menu link Licitações. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Arroio do Meio (RS), pelo e-mail: licitacao@arroiodomeiros.com.br.

Arroio do Meio, 02 de abril de 2026. Sidnei Eckert - Prefeito Municipal



Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Administração Regional do Rio Grande do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 12/2026

Objeto: **Serviços de Transporte de Alunos para o CFPR Campanha.**

Data da disputa: **10/04/2026** (sexta-feira), às **09h30min.**

O processamento se dará pelo Portal <https://licitacoes-e2.bb.com.br>, onde os interessados deverão se cadastrar.

O Edital na íntegra poderá ser obtido nos portais:

<https://www.senar-rs.com.br/index.php/transparencia>; ou
<https://app3.cna.org.br/transparencia/?gestaoLicitacaoAndamento-RS-2026-0>.

Outras informações pelo e-mail: cpl@senar-rs.com.br

Eduardo de Mércio Figueira Condorelli
Superintendente

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.467.115/0001-00

NIRE 43300046915 | Código CVM nº 02064-8

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iv) a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) a caracterização de membro independente do Conselho de Administração; (vii) a instalação do Conselho Fiscal; (viii) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; (ix) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e (x) a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026. A Assembleia Geral ocorrerá por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), observando o disposto na RCVM 81. Para participação na Assembleia Geral via Plataforma Digital, o acionista deverá solicitar seu cadastro, impreterivelmente, até o dia 27 de abril de 2026, mediante solicitação pelo e-mail mailto:assembleia.ceeed@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados na versão integral do Edital de Convocação e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia Geral ("Solicitação de Acesso"). Validada a sua condição pela Companhia, o acionista receberá nas 24 horas que antecederem a Assembleia Geral, o link de acesso à Sala de Espera, na qual será confirmada sua identificação e fornecido o acesso para participação à reunião virtual. A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleia.ceeed@equatorialenergia.com.br, com até 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não se cadastrarem validamente pelo e-mail indicado, com o correspondente depósito dos documentos solicitados, até o dia 27 de abril de 2026, inclusive. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital para participação da Assembleia Geral, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br/pt-br/institucional>), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso por sistema eletrônico. Ainda, conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 5º da RCVM 81 e nos arts. 1º e 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social total e votante, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgados em 04.11.2014). Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral deste Edital está disponível nas páginas eletrônicas do jornal "Jornal do Comércio" (<https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>), da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2026.

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente do Conselho de Administração



SLC São Desidério S.A.

CNPJ nº 63.902.337/0001-04

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Endereços eletrônicos: <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>

Relatório da Administração

A Administração da SLC São Desidério S.A. ("Companhia") apresenta seu relatório referente ao período compreendido desde sua constituição, em 02 de dezembro de 2025, até a data-base das presentes demonstrações financeiras. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, e tem como objeto social a exploração da atividade de locação e cessão onerosa de bens imóveis rurais de sua propriedade, inclusive por meio de arrendamento ou parceria rural, destinados à produção de culturas temporárias e permanentes. O modelo de negócios da Companhia está baseado na exploração econômica de imóveis rurais por meio de contratos de parceria rural, nos quais aufera participação na produção agrícola como contraprestação pela cessão onerosa do uso das áreas e benfeitorias. Nesse contexto, a Companhia atua como parceira proprietária, mantendo parceria operacional com sua parte relacionada, SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita. Nos termos contratuais vigentes, a Companhia tem direito a uma participação na produção agrícola por ano-safra, correspondente a 18,75% da produção das áreas irrigadas e 21% das áreas de sequeiro. Considerando o estágio inicial das operações e o ciclo produtivo da atividade agrícola, não houve, até a data-base das demonstrações financeiras, colheita ou entrega de produção referente à safra em andamento. Dessa forma, a Companhia ainda não reconheceu receitas no período. A Administração destaca que as entregas da safra 2025/26 estão previstas para ocorrer entre o final de março e o início de abril de 2026, quando se espera o início da geração de resultados. A Companhia encontra-se em fase inicial de operação, com estrutura estabelecida e preparada para o início de suas atividades operacionais.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)		Demonstração de Resultados - Período de 02 de dezembro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)		Demonstrações de resultados abrangentes - Período de 02 de dezembro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)	
	31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025
Ativo		Receita operacional líquida	-	Resultado líquido do período	(535)
Circulante		Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	-	Resultados abrangentes a serem reclassificados subsequentemente para o resultado do período:	-
Caixa e equivalentes de caixa	2.511	Custo dos produtos vendidos	-	Resultado abrangente do período	(535)
Outros ativos circulante	1	Custo dos produtos	-		
Total do ativo circulante	2.512	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-	Demonstrações dos fluxos de caixa - Período de 02 de dezembro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)	
Não circulante		Resultado bruto	-		
Imobilizado	395.045	Receitas (despesas) operacionais	-	Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	1
Total do ativo não circulante	395.045	Despesas com vendas	-	Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	2.510
Total do ativo	397.557	Despesas gerais e administrativas	-	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.511
Passivo		Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	-
Circulante		Resultado operacional	-	Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	2.511
Títulos a pagar	38.241	Resultado financeiro	(535)	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.511
Total passivo circulante	38.241	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(535)		
Patrimônio líquido		Imposto de renda e contribuição social	-	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Período de 02 de dezembro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)	
Capital social	360.422	Resultado líquido do período	(535)		
Prejuízos acumulados	(1.106)			Capital social	Prejuízos acumulados
Total patrimônio líquido	359.316			Aumento de capital	360.422
Total passivo e patrimônio líquido	397.557			Reorganização societária - cisão parcial	(571)
				Prejuízo do período	(535)
				Saldo em 31 de dezembro de 2025	360.422 (1.106) 359.316

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL
Fundada em 02 de dezembro de 2025, com sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, a SLC São Desidério S.A., a seguir denominada como "SLC São Desidério" ou "Companhia" tem como objeto social as atividades de locação e cessão onerosa, sob qualquer forma, inclusive arrendamento ou parceria rural, de bens imóveis rurais de sua propriedade, destinados à produção de culturas temporárias e permanentes. A Companhia desenvolve sua atividade por meio da exploração econômica de imóveis rurais, mediante contratos de parceria rural, auferindo participação na produção como contraprestação pela cessão onerosa do uso da área e das benfeitorias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Receita operacional líquida:** O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem

apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Parcerias operacionais (produção agrícola):** A Companhia, na qualidade de parceira proprietária, mantém parceria operacional com sua parte relacionada SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita, com posterior entrega dos produtos agrícolas já colhidos e prontos à Companhia. Nos termos contratuais, a Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção total da colheita, correspondente a 18,75% da produção da área irrigada e 21% da produção da área de sequeiro, como contraprestação pelo uso da área objeto da parceria. A Companhia reconhece como ativo apenas a parcela da produção que lhe é contratualmente atribuída, no momento da entrega dos produtos, ao valor justo aplicável ao produto agrícola. A receita é reconhecida exclusivamente sobre a parcela da produção pertencente à Companhia, no momento da transferência de controle ao cliente final, em conformidade com as práticas contábeis adotadas. O contrato possui vigência de 18 (dezoito) anos, com início em 30 de dezembro de 2025, referente à safra 2025/26. Considerando que a safra 2025/26 ainda não teve colheita até a data-base das demonstrações financeiras, não houve entrega de produção nem reconhecimento de receitas relacionadas a essa parceria no período. A Companhia estima que as entregas da safra atual serão realizadas entre final de março e início de abril, período em que ocorre a colheita da soja. b) **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. **Custo amortizado:** Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente

pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Conselho de Administração

Aurélio Pavinato - Presidente
Fernando Lopes Furtini - Conselheiro
Robson Lazzarotto - Conselheiro
Ivo Marcon Brum - Conselheiro
Roberto Acauan de Araújo Júnior - Conselheiro
José Virgílio Lopes Enei - Conselheiro

Diretoria

Álvaro Luís Dilli Gonçalves
Adriana Friguetto Mezzomo

Contador

Adriana Friguetto Mezzomo - Contadora CRC RS - 059787/O-9

RELATÓRIO DA AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de março de 2026, sem modificações. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 26 de março de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2026

O Prefeito Municipal de São Valentim-RS, torna público a abertura do processo de licitação de Pregão Presencial nº 05/2026, para a contratação de empresa visando a prestação de serviços técnicos especializados de educador físico, com recebimento de propostas e documentação dos interessados no dia 22 de abril de 2026, às 14 horas, junto a sala do setor de licitações. Edital e maiores informações junto à Prefeitura Municipal ou através do fone: (54) 3529-0041, junto a Secretaria Municipal de Administração, através do e-mail licitacoes@saovalentim.rs.gov.br ou site www.saovalentim.rs.gov.br.
São Valentim-RS, 1º de abril de 2026. ALBERTINHO DASSOLER, Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2026

O Prefeito Municipal de São Valentim-RS, torna público a abertura do processo de licitação de Pregão Presencial nº 06/2026, para a aquisição de combustível para as diversas Secretarias do Município de São Valentim, com recebimento de propostas e documentação dos interessados no dia 22 de abril de 2026, às 15 horas, junto a sala do setor de licitações. Edital e maiores informações junto à Prefeitura Municipal ou através do fone: (54) 3529-0041, junto a Secretaria Municipal de Administração, através do e-mail licitacoes@saovalentim.rs.gov.br ou site www.saovalentim.rs.gov.br.
São Valentim-RS, 1º de abril de 2026. ALBERTINHO DASSOLER, Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO SUL-BRASILEIRA DE BIOMEDICINA – ASBBM

(CNPJ 05.164.750/0001-12)

Convoca os associados da categoria Definitivo, em pleno gozo de seus direitos, para Assembleia Geral Ordinária em 02/05/2026, no Oceania Convention Center, Rua dos Mariscos, 550, Ingleses Norte, Florianópolis/SC, às 11h30 (1ª convocação – maioria absoluta) e às 12h (2ª convocação – qualquer número), para deliberar sobre a prestação de contas dos exercícios de 2023, 2024 e 2025; informações: <https://www.asbbm.com.br/>
Dr. Tiago Santos Carvalho, Presidente.

Fundo Amazônia destinará R\$ 357 milhões a projetos de bioeconomia

Os recursos, que somam R\$ 357 milhões, virão do Fundo Amazônia e atenderão, por meio de três convênios, 5.500 famílias e 60 instituições de ciência e tecnologia. Os projetos são ligados ao cooperativismo, à implantação de sistemas agroextrativistas em áreas degradadas, à compra de equipamentos e máquinas e ao fortalecimento de cadeias como as do açaí, babaçu, castanhas e cupuaçu.

Criado em 2008, o fundo funciona com pagamentos baseados em resultados de conservação da floresta amazônica. As doações acontecem quando há queda nas taxas de desmatamento, com base nos dados do Instituto

Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

De saída do ministério para ser candidata ao Senado nas eleições em outubro a legislação exige a desincompatibilização de ocupantes de cargos públicos, Marina repetiu uma frase citada por ela na posse de que “é melhor o final das coisas do que o começo”.

“Posso dizer que agora o melhor está sendo o final”, disse. “Por tudo que a gente construiu e ainda vai fazer”.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o PNDBio integra políticas de produção, inovação, financiamento e conservação. Ao todo, o

plano tem 21 metas e 185 ações estratégicas que deve garantir competitividade às práticas de bioeconomia, gerar empregos e promover o uso sustentável de recursos biológicos.

A definição de bioeconomia evoca um modelo de desenvolvimento produtivo e econômico que gere emprego, renda e inclusão ao mesmo tempo em que usa os recursos naturais para conservar e regenerar as zonas de exploração.

Além dos vieses econômicos e ambiental, a política mira ainda uma integração de práticas reconhecidas pela comunidade científica com os conhecimentos tradicionais.

Assine o JC impresso e receba em casa conteúdos exclusivos!

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

ASSINE AGORA



Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ nº 59.312.117/0001-53

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **Endereços eletrônicos:** <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>

Relatório da Administração.

A Administração da Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia") apresenta seu relatório referente ao exercício findo na data-base das presentes demonstrações financeiras. A Companhia, fundada em 29 de dezembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, e tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas à gestão e administração de imóveis rurais. Em 4 de novembro de 2025, foi aprovada, em assembleia geral, a sua cisão parcial da SLC LandCo S.A., por meio da qual a Companhia deixou de ser sua controladora, passando a ser controlada diretamente pela SLC Agrícola S.A. Na mesma data, foi aprovada a transformação de seu tipo societário de sociedade empresária limitada para sociedade por ações. Adicionalmente, em dezembro de 2025, a Companhia promoveu alteração em seu objeto social, passando a concentrar suas atividades na exploração econômica de imóveis rurais por meio de contratos de parceria rural, nos quais auferir participação na produção agrícola como contraprestação pela cessão onerosa do uso das áreas e benfeitorias. Nesse novo contexto operacional, a Companhia atua como parceira proprietária, mantendo parceria operacional com sua controladora, SLC Agrícola S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita. Nos termos contratuais vigentes, a Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção agrícola, correspondente a 18,75% da produção das áreas irrigadas e 21% das áreas de sequeiro. Considerando a transição do modelo operacional e o ciclo produtivo da atividade agrícola, não houve, até a data-base das demonstrações financeiras, colheita ou entrega de produção referente à safra 2025/26, razão pela qual não houve reconhecimento de receitas relacionadas a essa nova operação no período. A Administração destaca que as entregas da safra 2025/26 estão previstas para ocorrer entre o final de março e o início de abril de 2026, quando se espera o início da geração de resultados nesse novo modelo de atuação. No exercício, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 14.097 mil, refletindo ainda, os efeitos das operações conduzidas sob o modelo anterior à reorganização societária e operacional.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais)			Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)		
Ativo	(não auditado)		31/12/2025	(não auditado)		31/12/2025	(não auditado)	
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	205.292	737						
Adiantamento a fornecedor	12.231	-						
Tributos a recuperar	5	5						
Créditos com partes relacionadas	-	10.505						
Despesas antecipadas	5	3						
Total do ativo circulante	217.533	11.250						
Não circulante								
Propriedades para investimento	-	161.198						
Imobilizado	76.427	-						
Total do ativo não circulante	76.427	161.198						
Total do ativo	293.960	172.448						
Passivo								
Circulante								
Obrigações sociais e trabalhistas	-	383						
Imposto de renda e contribuição social a pagar	5	2						
Dividendos a pagar	14.097	-						
Outras contas a pagar	8	-						
Total passivo circulante	14.110	385						
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.043	3.140						
Total passivo não circulante	1.043	3.140						
Patrimônio líquido								
Capital social	3.722	54.147						
Reserva de capital	214.612	-						
Reservas de lucros	8.537	8.537						
Lucros acumulados	22.840	43.819						
Ajustes de avaliação patrimonial	29.096	62.420						
Total patrimônio líquido	278.807	168.923						
Total passivo e patrimônio líquido	293.960	172.448						

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de expansão	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
Saldo em 01 de janeiro de 2024 (não auditado)	52.147	-	763	7.774	62.441	37.274
Aumento de capital	2.000	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	25.524
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(19.000)
Realização da depreciação do custo atribuído à propriedades para investimento	-	-	-	-	(21)	21
Saldo em 31 de dezembro de 2024	54.147	-	763	7.774	62.420	43.819
Saldo em 01 de janeiro de 2025 (não auditado)	54.147	-	763	7.774	62.420	43.819
Cisão parcial	(50.764)	-	-	-	(33.303)	-
Aumento de capital	339	214.612	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.097
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(21.000)
Realização da depreciação do custo atribuído à propriedades para investimento	-	-	-	-	(21)	21
Destinação proposta:						
Dividendos	-	-	-	-	-	(14.097)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.722	214.612	763	7.774	29.096	22.840

Demonstrações de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	14.097	25.524
Resultados abrangentes a serem reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:	(21)	(21)
Resultado abrangente do exercício	14.076	25.503

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas S.A., fundada em 29 de dezembro de 2010, a seguir denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado com a finalidade de realizar atividades de compra e venda de imóveis, arrendamento de imóveis, construção e administração de imóveis, bem como empreendimentos agrícolas. Sua sede está localizada na Avenida Doutor Nilo Peçanha, 2900/301, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Em 4 de novembro de 2025, em assembleia geral, foi aprovada a cisão parcial da SLC LandCo S.A., onde a Fazenda Piratini deixou de ser sua controladora, passando a ser controlada diretamente pela SLC Agrícola S.A. Nessa mesma assembleia, foi aprovada a transformação do tipo societário da Fazenda Piratini passando de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, vide nota 11. A partir da safra 2025/26, a Companhia passou a explorar economicamente os imóveis rurais por meio de contratos de parceria rural, nos quais auferir participação na produção agrícola como contraprestação pela cessão onerosa do uso da área e das benfeitorias. Com esta mudança, em dezembro de 2025, mudou o objeto social passando a ter como objeto a exploração da atividade de locação e cessão onerosa, sob qualquer forma, inclusive arrendamento ou parceria rural, de bens imóveis rurais de sua propriedade, destinados à produção de culturas temporárias e permanentes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 a) **Receita operacional líquida:** *Receita de arrendamento:* A receita de arrendamento de propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. *Receita de parceria rural:* O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu

que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. *Parcerias operacionais (produção agrícola):* A Companhia, na qualidade de parceira proprietária, mantém parceria operacional com sua controladora SLC Agrícola S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita, com posterior entrega dos produtos agrícolas já colhidos e prontos à Companhia. Nos termos contratuais, a Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção total da colheita, correspondente a 18,75% da produção da área irrigada e 21% da produção da área de sequeiro, como contraprestação pelo uso da área objeto da parceria. A Companhia reconhece como ativo apenas a parcela da produção que lhe é contratualmente atribuída, no momento da entrega dos produtos pela SLC Agrícola S.A., ao valor justo aplicável ao produto agrícola. A receita é reconhecida exclusivamente sobre a parcela da produção pertencente à Companhia, no momento da transferência de controle ao cliente final, em conformidade com as práticas contábeis adotadas. O contrato possui vigência de 18 (dezoito) anos, com início em 30 de dezembro de 2025, referente à safra 2025/26. Considerando que a safra 2025/26 ainda não teve colheita até a data-base das demonstrações financeiras, não houve entrega de produção nem reconhecimento de receitas relacionadas a essa parceria no período. A Companhia estima que as entregas da safra atual serão realizadas entre final de março e início de abril, período em que ocorre a colheita da soja. b) **Instrumentos financeiros:** *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o

valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. *Custo amortizado:* Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. *Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos:* Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Conselho de Administração	
Aurélio Pavinato - Presidente	
Fernando Lopes Furtini - Conselheiro	
Robson Lazzarotto - Conselheiro	
Ivo Marcon Brum - Conselheiro	
Roberto Acauan de Araújo Júnior - Conselheiro	
José Virgílio Lopes Enei - Conselheiro	
Diretoria	
Gustavo Macedo Lunardi	
Rodolfo Thiago Mengarda	
Contador	
Adriana Friguetto Mezzomo - Contadora CRC RS - 059787/O-9	

RELATÓRIO DA AUDITORIA
 As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de março de 2026, sem modificações.

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC

O ALCANCE QUALIFICADO QUE A SUA MARCA PRECISA

WHATSAPP: (51) 3213-1342
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



ENTRE EM CONTATO



Paladino Participações S.A.

CNPJ nº 63.807.040/0001-60

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Endereços eletrônicos: <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>

Relatório da Administração

A Administração da Paladino Participações S.A. ("Companhia") apresenta seu relatório referente ao período compreendido desde sua constituição, em 02 de dezembro de 2025, até a data-base das presentes demonstrações financeiras. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, e tem como objeto social as atividades de compra e venda de imóveis, arrendamento de imóveis, aluguel de imóveis próprios, bem como a gestão e administração de propriedades imobiliárias. A Companhia foi constituída com o propósito de atuar como holding, tendo por objeto a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração de bens e participações societárias. Sua estrutura societária é composta pela participação de 50% da SLC Agrícola S.A. e 50% do Fundo de Investimento em Participações Agro III - Multiestratégia Responsabilidade Ltda. As atividades operacionais relacionadas à exploração agrícola são desenvolvidas por meio de sua controlada São Desidério S.A., a qual atua como parceira proprietária em contratos de parceria rural. Nesse contexto, a controlada mantém parceria operacional com a SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita. Nos termos contratuais, a controlada faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção agrícola, correspondente a 18,75% da produção das áreas irrigadas e 21% das áreas de sequeiro, como contraprestação pelo uso das áreas e benfeitorias. Considerando o estágio inicial das operações e o ciclo produtivo da atividade agrícola, não houve, até a data-base das demonstrações financeiras, colheita ou entrega de produção referente à safra em andamento. Dessa forma, não houve reconhecimento de receitas no período. A Administração destaca que as entregas da safra 2025/26 estão previstas para ocorrer entre o final de março e o início de abril de 2026, quando se espera o início da geração de resultados no âmbito de sua controlada. A Companhia encontra-se em fase inicial de operação, com sua estrutura societária estabelecida.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			Demonstração de Resultados - Período de 02 de dezembro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa - Período de 02 de dezembro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			
Ativo	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	886	3.398	-	-	-	-	-	-	(383)	(381)
Outros ativos circulante	383	384	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo circulante	1.269	3.782	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante										
Investimentos	359.316	-	-	-	-	-	-	-	(361.500)	(361.500)
Imobilizado	-	395.045	-	-	-	-	-	-	362.769	365.279
Total do ativo não circulante	359.316	395.045	-	-	-	-	-	-	886	3.398
Total do ativo	360.585	398.827	-	-	-	-	-	-	886	3.398
	Controladora	Consolidado							Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	61.071	61.071	(535)	(535)	(71)	(605)	(606)	(605)	-	-
Títulos a pagar	-	38.242	-	-	-	-	-	-	886	3.398
Total passivo circulante	61.071	99.313	-	-	-	-	-	-	886	3.398
Patrimônio líquido									886	3.398
Capital social	11	11	(606)	(606)	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital	300.109	300.109	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(606)	(606)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total patrimônio líquido	299.514	299.514	-	-	-	-	-	-	886	3.398
Total passivo e patrimônio líquido	360.585	398.827	-	-	-	-	-	-	886	3.398

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 02 de dezembro de 2025, com sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, a Paladino Participações S.A., a seguir denominada como "Paladino Participações" ou "Companhia" tem como objeto social as atividades de compra e venda de imóveis; arrendamento de imóveis; aluguel de imóveis próprios e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída com o propósito de atuar como holding, tendo por objeto social a participação no capital de outras, bem como a administração de bens e participações societárias. A Companhia é constituída com a participação da SLC Agrícola S.A. de 50% e de 50% da Fundo de Investimento em Participações Agro III - Multiestratégia Responsabilidade Ltda.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Receita operacional líquida:** O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa,

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025

conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Parcerias operacionais (produção agrícola):** A controlada São Desidério S.A., na qualidade de parceira proprietária, mantém parceria operacional com sua parte relacionada SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita, com posterior entrega dos produtos agrícolas já colhidos e prontos à Companhia. Nos termos contratuais, a Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção total da colheita, correspondente a 18,75% da produção da área irrigada e 21% da produção da área de sequeiro, como contraprestação pelo uso da área objeto da parceria. A Companhia reconhece como ativo apenas a parcela da produção que lhe é contratualmente atribuída, no momento da entrega dos produtos, ao valor justo aplicável ao produto agrícola. A receita é reconhecida exclusivamente sobre a parcela da produção pertencente à Companhia, no momento da transferência de controle ao cliente final, em conformidade com as práticas contábeis adotadas. O contrato possui vigência de 18 (dezoito) anos, com início em 30 de dezembro de 2025, referente à safra 2025/26. Considerando que a safra 2025/26 ainda não teve colheita até a data-base das demonstrações financeiras, não houve entrega de produção nem reconhecimento de receitas relacionadas a essa parceria no período. A Companhia estima que as entregas da safra atual serão realizadas entre final de março e início de abril, período em que ocorre a colheita da soja. b) **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. **Custo amortizado:** Ativos financeiros com pagamentos fixos ou

calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Conselho de Administração

Aurélio Pavinato - Presidente
Fernando Lopes Furtini - Conselheiro
Robson Lazzarotto - Conselheiro
Ivo Marcon Brum - Conselheiro
Roberto Acauan de Araújo Júnior - Conselheiro
José Virgílio Lopes Enei - Conselheiro

Diretoria

Ávaro Luis Dilli Gonçalves
Adriana Friguetto Mezzomo

Contador

Adriana Friguetto Mezzomo - Contadora CRC RS - 059787/O-9

RELATÓRIO DA AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de março de 2026, sem modificações.

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:



SLC Jaborandi S.A.
CNPJ nº 63.807.058/0001-61

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
Endereços eletrônicos: <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>

Relatório da Administração

A Administração da SLC Jaborandi S.A. ("Companhia") apresenta seu relatório referente ao período compreendido desde sua constituição, em 25 de novembro de 2025, até a data-base das presentes demonstrações financeiras. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, e tem como objeto social a exploração da atividade de locação e cessão onerosa de bens imóveis rurais de sua propriedade, inclusive por meio de arrendamento ou parceria rural, destinados à produção de culturas temporárias e permanentes. A estrutura societária da Companhia é composta pela participação de 50% da SLC Agrícola S.A. e 50% do Fundo de Investimento em Participações Agro I - Multiestratégia Responsabilidade Ltda., refletindo um modelo de investimento voltado à exploração eficiente de ativos agrícolas. O modelo de negócios da Companhia está baseado na exploração econômica de imóveis rurais por meio de contratos de parceria rural, nos quais auferir participação na produção agrícola como contraprestação pela cessão onerosa do uso das áreas e benfeitorias. Nesse contexto, a Companhia atua como parceira proprietária, mantendo parceria operacional com sua controladora, SLC Agrícola S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita. Nos termos contratuais vigentes, a Companhia tem direito a uma participação na produção agrícola por ano-safra, correspondente a 18,75% da produção das áreas irrigadas e 21% das áreas de sequeiro. Considerando o estágio inicial das operações e o ciclo produtivo da atividade agrícola, não houve, até a data-base das demonstrações financeiras, colheita ou entrega de produção referente à safra em andamento. Dessa forma, a Companhia ainda não reconheceu receitas no período. A Administração destaca que as entregas da safra 2025/26 estão previstas para ocorrer entre o final de março e o início de abril de 2026, quando se espera o início da geração de resultados. A Companhia encontra-se em fase inicial de operação, com estrutura estabelecida e preparada para o início de suas atividades operacionais.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)		Demonstração de Resultados - Período de 25 de novembro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)		Demonstrações de resultados abrangentes - Período de 25 de novembro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)	
	31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025
Ativo		Receita operacional líquida	-	Resultado líquido do período	-
Circulante		Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	-	Resultados abrangentes a serem reclassificados subsequentemente para o resultado do período:	-
Caixa e equivalentes de caixa	2.009	Custo dos produtos vendidos	-	Resultado abrangente do período	-
Adiantamento a fornecedores	74.250	Custo dos produtos	-		
Outros ativos circulante	1	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-	Demonstrações dos fluxos de caixa - Período de 25 de novembro de 2025 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)	
Total do ativo circulante	76.260	Resultado bruto	-		
Não circulante		Receitas (despesas) operacionais	-		
Imobilizado	183.063	Despesas com vendas	-		
Total do ativo não circulante	183.063	Despesas gerais e administrativas	-		
Total do ativo	259.323	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-		
Passivo		Resultado operacional	-		
Não circulante		Resultado financeiro	-		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.683	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-		
Total passivo não circulante	11.683	Imposto de renda e contribuição social	-		
Patrimônio líquido		Resultado líquido do período	-		
Capital social	164.132				
Reservas de capital	60.830				
Ajustes de avaliação patrimonial	22.678				
Total patrimônio líquido	247.640				
Total passivo e patrimônio líquido	259.323				

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 25 de novembro de 2025, com sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, a SLC Jaborandi S.A., a seguir denominada como "SLC Jaborandi" ou "Companhia" tem como objeto social a exploração da atividade de locação e cessão onerosa, sob qualquer forma, inclusive arrendamento ou parceria rural, de bens móveis rurais de sua propriedade, destinados à produção de culturas temporárias e permanentes. A Companhia desenvolve sua atividade por meio da exploração econômica de imóveis rurais, mediante contratos de parceria rural, auferindo participação na produção como contraprestação pela cessão onerosa do uso da área e das benfeitorias, sendo a participação da SLC Agrícola S.A. de 50% e de 50% da Fundo de Investimento em Participações Agro I - Multiestratégia Responsabilidade Ltda.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Receita operacional líquida:** O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte

do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Parcerias operacionais (produção agrícola):** A Companhia, na qualidade de parceira proprietária, mantém parceria operacional com sua controladora SLC Agrícola S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita, com posterior entrega dos produtos agrícolas já colhidos e prontos à Companhia. Nos termos contratuais, a Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção total da colheita, correspondente a 18,75% da produção da área irrigada e 21% da produção da área de sequeiro, como contraprestação pelo uso da área objeto da parceria. A Companhia reconhece como ativo apenas a parcela da produção que lhe é contratualmente atribuída, no momento da entrega dos produtos pela SLC Agrícola S.A., ao valor justo aplicável ao produto agrícola. A receita é reconhecida exclusivamente sobre a parcela da produção pertencente à Companhia, no momento da transferência de controle ao cliente final, em conformidade com as práticas contábeis adotadas. O contrato possui vigência de 18 (dezoito) anos, com início em 30 de dezembro de 2025, referente à safra 2025/26. Considerando que a safra 2025/26 ainda não teve colheita até a data-base das demonstrações financeiras, não houve entrega de produção nem reconhecimento de receitas relacionadas a essa parceria no período. A Companhia estima que as entregas da safra atual serão realizadas entre final de março e início de abril, período em que ocorre a colheita da soja. b) **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. **Custo amortizado:** Ativos financeiros com pagamentos fixos ou

calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Conselho de Administração				
Aurélio Pavinato - Presidente				
Fernando Lopes Furtini - Conselheiro				
Robson Lazzarotto - Conselheiro				
Ivo Marcon Brum - Conselheiro				
Roberto Acauan de Araújo Júnior - Conselheiro				
José Virgílio Lopes Enei - Conselheiro				
Diretoria				
Leonardo Matteus de Celini				
André Lemos Vasconcelos				
Contador				
Adriana Friguetto Mezzomo - Contadora CRC RS - 059787/O-9				

RELATÓRIO DA AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de março de 2026, sem modificações.

Foco no que realmente importa.

ASSINE AGORA





O jornal de economia e negócios do RS

RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A.

CNPJ: 07.520.438/0001-40

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31/12/2025



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o exercício de 2025 com resultados que traduzem a solidez e a resiliência do nosso modelo de negócios, materializadas em mais um ciclo de resultados financeiros consistentes e visão de longo prazo. Com uma receita líquida de R\$ 8,5 bilhões, a maior de nossa história de quase 20 anos, a Companhia fechou o ano com EBITDA Ajustado de R\$ 216,2 milhões e lucro líquido de R\$ 40,9 milhões, marcas que foram importantes para manter uma alavancagem em nível saudável (2,0x Dívida Líquida/EBITDA).

Estes resultados foram alcançados em meio a mais um ano desafiador para a distribuição de combustíveis no Brasil e no mundo. No Brasil, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a demanda por óleo diesel registrou um crescimento de 3,2% no ano (2,7% em 2024), sendo puxada principalmente pela resiliência do agronegócio brasileiro, que manteve a demanda logística aquecida para o escoamento da produção.

Já no ciclo Otto (gasolina C e etanol hidratado), houve um aumento da demanda da ordem de 2,7% nos 12 meses fechados em dezembro de 2025 (2,6% em 2024), com destaque para o recorde histórico nas vendas de gasolina C, impulsionado pela resiliência da atividade econômica e da mobilidade urbana, aliado à forte sustentação do etanol, cujo volume consumido manteve-se próximo às suas máximas históricas (23 bilhões de litros) em um cenário fortalecido pela nova mistura obrigatória de 30%.

Observamos que, ao longo do ano, foram promovidas importantes ações regulatórias, institucionais e tributárias visando a conformidade do setor e a erradicação das distorções concorrenciais presentes no mercado de combustíveis. No entanto, a continuidade do combate rigoroso às fraudes operacionais, à adulteração de produtos e à concessão de benefícios fiscais isolados continuará sendo essencial para preservar a integridade do mercado, assegurar uma concorrência leal e proteger tanto os cofres públicos quanto o consumidor final.

Do ponto de vista da oferta, no ambiente doméstico a Petrobras atingiu um fator de utilização total (FUT) de 91% em 2025 (93% em 2024), o que ainda representa um elevado nível de utilização de suas refinarias. Adicionalmente, a Petrobras informou ao mercado que tem feito investimentos para ampliar a capacidade e a flexibilidade operacional de seu parque de refino, incrementando a oferta de derivados de maior valor agregado ao mercado brasileiro.

No ambiente externo, a continuidade do conflito no Leste Europeu manteve a volatilidade do setor. Contudo, observou-se em 2025 uma redução na oferta de derivados de origem russa no Brasil frente a 2024, reflexo da readequação dos fluxos logísticos e de precificação globais. Esse movimento exigiu do mercado elevada agilidade na diversificação da matriz de importação, que redirecionou suas fontes de suprimento externas para garantir a segurança do abastecimento interno.

Apesar de ter realizado menos importações diretas e indiretas em 2025 quando comparado com 2024, a Rodoil aumentou o volume total de combustíveis vendidos durante o ano, na ordem de 9%. Este feito volume, aliado a ações efetivas de gestão de margens operacionais, contribuiu não só para alcançarmos a maior receita de nossa história (+12% versus 2024), como também para uma margem operacional bruta sólida, fechando o ano com um crescimento de 41% versus a margem operacional bruta de 2024.

Do ponto de vista da agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa), a Companhia continuou tomando medidas consistentes em todas estas frentes. Pensando em nossos colaboradores, diversas ações de capacitação foram fundamentais para consolidar a nossa cultura organizacional com foco em alta performance, protagonismo e aprendizado contínuo.

O nosso Programa SER (Saúde, Equilíbrio, Reconexão) evoluiu e criamos o Programa Cuidar+, que manteve as bases do SER e ampliou o seu escopo e atuação para novas ramificações e iniciativas voltadas ao bem-estar integral dos colaboradores.

O Instituto Combustível da Vida, por sua vez, promoveu mais de 50 ações sociais durante o ano, tendo impactado positivamente mais de 12.000 pessoas diretamente e outras 36.000 indiretamente. Através de seus diversos parceiros institucionais, o ICV recebeu e doou mais R\$ 2.000.000 em produtos.

Novos exemplos de ataques cibernéticos ocorreram no mundo corporativo ao longo de 2025. Assim, a Rodoil continuou a sua jornada visando garantir a segurança da informação e incentivar comportamentos seguros do ponto de vista cibernético, tendo realizado investimentos importantes nestas áreas, como, por exemplo, a 2ª Semana Cyber.

A Rodoil, portanto, continua se fortalecendo interna e externamente, e os resultados consistentes entregues em 2025 nos energizam e mostram que continuamos no caminho certo. E o reforço de nossos pilares comercial, de suprimentos, operacional e de estrutura de capital continuarão sendo cruciais para o crescimento orgânico de nossa rede bandeirada nos próximos anos. E este crescimento orgânico, de forma disciplinada, continuará sendo realizado com foco nas margens operacionais. Igualmente, reforçamos nosso compromisso de manter a alavancagem financeira em padrões sustentáveis.

Do ponto de vista orgânico, em 2025 concluímos a integração das empresas Ravato, a terceira maior empresa de distribuição de óleo combustível do país, e Cargopetro, empresa especializada em logística, pavimentando ainda mais a trilha de atendimento da Rodoil a mercados cada vez mais diversificados e exigentes.

Finalizando, agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros comerciais e aos nossos acionistas pelo voto de confiança, e estamos certos de que a nossa proximidade com a Rede Bandeirada e o engajamento de nossos colaboradores continuarão fazendo a diferença em 2026.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	180.441	183.229	194.357	191.961	Fornecedores	101.097	63.354	103.259	64.516
Clientes	164.380	65.408	220.722	66.746	Obrigações Sociais	8.013	5.244	8.882	5.436
Estoques	79.495	130.202	101.927	147.924	Obrigações Fiscais	3.420	3.571	4.871	4.297
Adiantamentos	61.176	23.605	54.129	27.375	Adiantamento de Clientes	1.582	3.989	1.949	4.117
Impostos a Recuperar	79.193	15.966	99.471	19.254	Empréstimos e Financiamentos	187.884	107.218	198.080	113.157
Outros Créditos	9.165	14.606	12.199	14.794	Arrendamentos	15.855	16.218	15.960	16.294
Total Ativo Circulante	573.850	433.016	682.805	468.054	Outras Obrigações	52.782	27.499	66.454	29.305
Aplicações Financeiras	15.927	10.522	15.927	10.522	Dividendos a Pagar	9.710	13.229	9.710	13.229
Clientes	8.407	2.233	8.407	2.233	Total Passivo Circulante	380.343	240.322	409.165	250.351
Impostos a Recuperar	1.518	62.575	1.640	72.678	Obrigações Fiscais	-	-	1.357	1.506
Outros Créditos	17.180	12.232	17.182	12.235	Empréstimos e Financiamentos	433.476	359.422	442.913	359.770
Contratos com Clientes	55.957	43.557	56.672	44.298	Arrendamentos	114.546	90.728	114.595	90.881
Depósitos Judiciais	22.609	20.444	22.609	20.444	Outras Obrigações	47.224	10.868	57.451	20.947
Tributos Diferidos	7.954	4.824	8.010	6.463	Provisão para Contingências	3.083	1.957	3.083	1.957
Investimentos	191.141	77.927	115.046	51.463	Total Passivo Não Circulante	598.329	462.975	619.399	475.061
Imobilizado	164.489	145.173	180.036	145.457	Patrimônio Líquido	-	-	-	-
Intangível	137.383	99.931	137.780	100.446	Capital Social	64.459	64.459	64.459	64.459
Direito de Uso	134.129	110.887	134.322	111.143	Reserva de Capital	105.413	105.413	105.413	105.413
Total Ativo Não Circulante	756.694	590.305	697.631	577.382	Ajustes Avaliação Patrimonial	(713)	(1.384)	(713)	(1.384)
Total Ativo	1.330.544	1.023.321	1.380.436	1.045.436	Reserva de Incentivos Fiscais	8.311	-	8.311	-
					Reserva Legal	12.860	10.815	12.860	10.815
					Reservas de Retenção de Lucros	161.542	140.721	161.542	140.721
					Total Patrimônio Líquido	351.872	320.024	351.872	320.024
					Total Passivo e Patrimônio Líquido	1.330.544	1.023.321	1.380.436	1.045.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita Líquida	7.620.354	6.678.008	8.451.006	7.577.421
Custo das Vendas	(7.450.186)	(6.539.400)	(8.255.248)	(7.438.122)
Lucro Bruto	170.168	138.608	195.758	139.299
Despesas de Vendas	(34.195)	(29.618)	(35.315)	(29.618)
Despesas Administrativas	(81.341)	(70.970)	(90.190)	(73.681)
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.424	2.983	(3.574)	1.205
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	64.344	93.901	84.917	99.209
Lucro antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	142.400	134.904	151.596	136.414
Receitas Financeiras	40.267	24.999	47.889	25.977
Despesas Financeiras	(139.753)	(84.701)	(147.768)	(86.334)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(99.486)	(59.702)	(99.879)	(60.357)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	42.914	75.202	51.717	76.057
IR e Contribuição Social Correntes	(2.567)	(9.972)	(9.787)	(10.595)
IR e Contribuição Social Diferidos	539	(9.529)	(1.044)	(9.762)
Lucro Líquido do Exercício	40.886	55.700	40.886	55.700
Lucro por Ação (em reais)	R\$2,74	R\$3,74		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

	Reservas de Lucros		Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de Capital						
Saldos em 1º de Janeiro de 2024	64.459	105.413	-	-	8.030	101.035	-	278.938
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	55.700	55.700
Hedge de Fluxos de Caixa	-	-	(1.384)	-	-	-	-	(1.384)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	54.316
Destinação do Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(13.229)	(13.229)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(42.471)	(42.471)
Reservas de Lucros	-	-	-	-	2.785	39.687	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	64.459	105.413	(1.384)	-	10.815	140.721	-	320.024
Transferência entre Reservas	-	-	-	8.311	-	(8.311)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	40.886	40.886
Hedge de Fluxos de Caixa	-	-	672	-	-	-	-	672
Total do Resultado Abrangente do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	41.558
Destinação do Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(9.710)	(9.710)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(31.176)	(31.176)
Reservas de Lucros	-	-	-	-	2.045	29.132	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	64.459	105.413	(713)	8.311	12.860	161.542	-	351.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	40.886	55.700	40.886	55.700
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Hedge de Fluxos de Caixa	672	(1.384)	672	(1,384)
Resultado Abrangente do Exercício	41.558	54.316	41.558	54.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

1. Contexto operacional

A Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. (a "Companhia", a "Empresa" ou a "Rodoil") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Coronel Flores, nº 583, Sala 4, Bairro São Pelegrino. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") têm filiais nos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo, do Mato Grosso, de Minas Gerais, de Goiás e da Bahia, tendo como principais atividades a importação, a exportação e a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada e autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, compreendendo a aquisição, o armazenamento, o transporte, a comercialização e o controle de qualidade dos combustíveis; transporte e comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), bem como vasilhas para o seu acondicionamento; comércio atacadista de lubrificantes, e o que mais convier concernente ao ramo; o aluguel de imóveis próprios; as atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; e a gestão de ativos intangíveis não financeiros; assim como a participação no capital em outras empresas. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 30 de março de 2026. **(a) Aquisições da Ravato Distribuidora de Combustíveis Ltda. ("Ravato") e da Cargopetro Transportes Ltda. ("Cargopetro"):** Em março de 2025, a Rodoil concluiu a aquisição da Ravato Distribuidora de Combustíveis Ltda. ("Ravato"), terceira maior empresa de distribuição de óleo combustível do país. Este movimento incluiu, também, a Cargopetro Transportes Ltda. ("Cargopetro"), especializada em logística, reforçando ainda mais a capacidade da Rodoil em atender mercados diversificados e exigentes. Com mais de 25 anos de experiência, a Ravato agrega ao portfólio da Rodoil produtos de alta qualidade, como o óleo de xisto, conhecido pelo elevado poder calorífico e menor teor de enxofre. Essa aquisição não apenas amplia o portfólio da Companhia, mas também fortalece sua atuação em outros Estados ainda não atendidos pela Rodoil, e no mercado externo, como Paraguai e Uruguai, onde a Ravato possui presença.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. **(a.1) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(a.2) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **(b) Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a controlada e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da controlada. Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O resultado da participação indireta em outras entidades é reconhecido pela equivalência patrimonial. A Tower Brasil Petróleo Ltda., a Ravato Distribuidora de Combustíveis Ltda., a Cargopetro Transportes Ltda. e a RDL Trading Comercial Importadora e Exportadora de Combustíveis Ltda., empresas sobre a qual a Companhia possui controle integral, estão incluídas na consolidação. **(c) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

(i) Conflito geopolítico: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e continua envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contra-medidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia vem acompanhando, nos últimos anos, os desdobramentos e eventuais impactos em suas operações. **(ii) Imposição de tarifas de 50% sobre exportações brasileiras aos EUA:** Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025 de setores como agronegócio, papel e celulose, siderurgia, aeronáutica e calçados. A medida gerou preocupação de autoridades e impacto imediato nas empresas exportadoras, com variação de preços, maior volatilidade cambial e queda nos pedidos. Neste momento, não há impacto nos segmentos do Grupo, mas a Administração da Companhia vem monitorando a situação, para minimizar possíveis impactos. **(iii) Mudanças climáticas:** As questões climáticas estão diretamente ligadas à estratégia de negócios da Companhia, sendo importantes direcionadores para a tomada de decisão. A Administração monitora, sistematicamente, o plano de negócios, onde a Companhia tem iniciativas relacionadas ao tema das mudanças climáticas, como, por exemplo, redução de emissões de GEÉ (Gases de Efeito Estufa) e a aquisição de CBIO para atendimento ao programa RenovaBio.

Continua >>>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

 		Companhia Aberta C.N.P.J.: 91.333.666/0001-17 NIRE 43.300.005.003			
Relatório da Administração					
<p>As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial demanda leitura das demonstrações financeiras completas auditadas elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicada. As informações completas, incluindo o relatório do auditor independente estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.recrusul.com.br/investidores e https://d.jornalcomercio.com.br/publicidade-legal/</p>					
Balancos Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)					
ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		PASSIVO
	2025	2024	2025	2024	
CIRCULANTE	9.503	13.299	11.033	14.710	CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2	248	5	Fornecedores
Clientes	44	901	298	1.146	Impostos e Contribuições a Recolher
Estoques	8.397	8.936	9.143	9.762	Adiantamento de Clientes
Impostos a Recuperar	686	1.181	770	1.316	Obrigações Trabalhistas e Cíveis
Adiantamentos a Fornecedores	105	1.077	105	1.077	Honorários Administradores
Outros Adiantamentos	-	110	-	110	Parcelamentos Tributários
Despesas Antecipadas	41	-	242	202	Provisões Previdenciárias Trabalhistas
Outros	227	1.092	227	1.092	Outras Contas a Pagar
NÃO CIRCULANTE	22.579	30.771	21.638	32.158	NÃO CIRCULANTE
Realizável a Longo Prazo	9.265	10.522	3.593	10.968	Credores Plano de Parcelamento
Depósitos Judiciais	977	4.155	1.079	4.585	Partes Relacionadas
Partes Relacionadas	5.774	81	-	97	Transação Tributária PFGN
Crédito de Alienação Imobiliária	2.514	6.286	2.514	6.286	Parcelamentos Tributários Municipais
Investimentos	6.697	7.142	5.579	5.579	Parcelamentos Tributários Estaduais
Imobilizado	6.494	12.966	12.342	13.218	Outros Parcelamentos Tributários
Intangível	123	141	123	2.393	Provisões para contingências
TOTAL DO ATIVO	32.082	44.070	32.671	46.867	Provisão para Perdas em Investimentos
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO
					Patrimônio Líquido Acionistas Controladores
					Capital Social
					Capital Social a Integralizar
					Reservas de Capital
					Prejuízos Acumulados
					Participação de Acionistas Não Controladores
					TOTAL DO PASSIVO
					32.082
					44.070
					32.671
					46.867

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

SINDICATO DOS ESTIVADORES E DOS TRABALHADORES EM ESTIVA DE MINÉRIOS NOS PORTOS FLUVIAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SINDICATO DOS ESTIVADORES E DOS TRABALHADORES EM ESTIVA DE MINÉRIOS NOS PORTOS FLUVIAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por seu presidente convoca os associados e demais representados as 09:00sh e às 09:30h em segunda chamada, com qualquer quórum na **Av. Des. André da Rocha, 282-Porto Alegre**, para assembleia a ser realizada, no dia 06 de ABRIL de 2026, para deliberar sobre a proposta de ACT 2025/27, outorgar poderes para negociar, efetuar ajustes, promover procedimentos administrativos e judiciais pertinentes, fixar descontos de DAS, bem como firmar a ACT.

Porto Alegre, 02 abril de 2026.

MARCO ANTONIO OLIVEIRA DE ARAUJO
PRESIDENTE SETEMPA

EDITAL PARA NEGOCIAÇÕES COLETIVAS 2026/2027

SINDIMETROPOLITANO - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIARIOS INTERMUNICIPAIS, DE TURISMO E DE FRETAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, com representação legal de seu Presidente – **CONVOCA aos trabalhadores representados, associados ou não, pertencentes ao segmento do transporte coletivo intermunicipal da REGIÃO METROPOLITANA**, data base 1º de junho, para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que fará realizar em sua Área de Lazer, na Estrada Dionísio Cardoso de Lima nº 3652, Costa do Piranga, em GRAVATAI-RS no dia 09 de abril de 2026 em 2 sessões a 1ª com 1ª chamada as 09:00hs e 2ª chamada as 09:30hs e em 2ª sessão a 1ª chamada as 19:30hs e a 2ª chamada as 20:00hs para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Autorizar, ou não, o encaminhamento de tentativa de negociação com vistas a Convenção Coletiva e/ou Acordos Coletivos, com a entidade que representa a categoria econômica envolvida **Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários no Estado do Rio Grande do Sul – SETERGS**, bem como sobre a conveniência de opção pelo arbitramento, ou diretamente com empresas pertencentes as representações dos sindicatos supra; 2 - Em caso de malogro das negociações, decidir sobre a conveniência ou não de instauração de Processo de Dissídio Coletivo e ou de Revisão de Dissídio Coletivo de natureza jurídica e econômica; 3 - Em qualquer das hipóteses supra, fixar as bases das propostas e/ou dos pedidos; 4 - Deliberar, em caráter coletivo, sobre o custeio sindical, estipulando contribuição assistencial a todos os integrantes da categoria, nos termos do Tema 935 da Repercução Geral do STF (ARE 1.018.459), assegurado o direito de oposição individual, a ser exercido no prazo e na forma a serem definidos pela assembleia; 5 - Conceder, ou não, poderes ao Presidente do Sindicato para negociar com a categoria econômica e/ou propor ação de Dissídio Coletivo, ou de Revisão, podendo aceitar ou rejeitar propostas de acordo, inclusive de acordos aditivos, formar condições diferenciadas por empresas para o cumprimento da decisão normativa, constituir procuradores e firmar acordos; 6 - Conceder, ou não, poderes à Diretoria do Sindicato e ao seu Departamento Jurídico para propor ações em juízo como substituto processual dos integrantes da categoria profissional, individual ou coletivamente, e no seu interesse; 7. Deliberar por manter a Assembleia prorrogada, em aberto, em caráter permanente até decisão final, devendo sua reconvocação ser feita através de convocação por boletins volantes com ampla circulação na categoria; Mauro Sêzar da Silva Santos - Presidente do SINDIMETROPOLITANO.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

EXTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

O Prefeito Municipal de Ronda Alta - RS, no uso de suas atribuições legais, torna público a publicação de edital de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2026**. Objeto **Contratação de empresa especializada, sob o Regime de Execução de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, compreendendo mão de-obra e materiais, visando a Pavimentação Asfáltica na Rua do Desporto (com base na proposta nº 2024/5391 da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul), visando a Pavimentação Asfáltica na Rua José Arcego (com base no Plano de Ação: 09032023-035274/2023 Programa: 09032023), visando o Capeamento Asfáltico na Av. Presidente Vargas (com base no Plano de Ação: 09032025-082745/2025 Programa: 09032025), e Capeamento Asfáltico na Rua XV de Novembro (com base no Plano de Ação: 09032025-080567/2025 - Programa: 09032025).**

A realização da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 será no dia 26 de maio de 2026 as 08h:30min.

A sessão virtual da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA será realizada no seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no dia 26 de maio de 2026, às 8h30min, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 08h29min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

As dúvidas pertinentes à presente licitação serão esclarecidas pelo Setor de Licitações, junto ao Município de Ronda Alta/RS, em horário de expediente, sendo de segunda a sexta-feira das 08:00hs às 12:00hs e das 13:30hs às 17:30hs, ou pelo fone (54)3364-5900, ou pelo e-mail licitacao@rondaalta.rs.gov.br.

Ronda Alta- RS, 02 de abril de 2026.

MARCOS MIGUEL BEUX
Prefeito Municipal

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 21/04/2026, às 10:00hs / 2º Público Leilão: 23/04/2026, às 10:00hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autoriza por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, vender em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: **CASA Nº 01 DO CONDÔMÍNIO RESIDENCIAL PLANALTO**, localizado ao sul do condomínio, na Rua Liberato Salzano Vieira da Cunha, nº 478, Encantado/RS, com área privativa de 141,59m², área de terreno de uso exclusivo de 332,52m², área de terreno de uso comum de 50,272m², totalizando uma área de 382,792m², correspondendo à fração ideal de 0,189474 do TERRENO URBANO. Imóvel objeto da Matrícula CNM: 098293.2.0037617-71 trasladada da Matrícula nº 37.617, do Ofício Registro de Imóveis da Comarca de Encantado/RS. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 459.519,03 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e dezoito reais e três centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficom os Fidejantes: VITOR MANOEL KLAUS FERREIRA, brasileiro, cabeleireiro autônomo, nascido em 23/11/2002, RG 2114625714 SSP/DI RS, CPF 044.578.210-20, residente e domiciliado na Rua João Lucca, 1727, AP 302, Bairro Centro, Encantado/RS, CEP: 95960-000, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da Lei nº 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos das disposições constantes no Estatuto Social da entidade, o SINDIMOTO – SINDICATO DOS EMPREGADOS MOTOCICLISTAS E CICLISTAS EM VEÍCULOS DE DUAS OU TRÊS RODAS, MOTORIZADOS OU NÃO, DE PORTO ALEGRE, GRANDE PORTO ALEGRE E REGIÃO/RS, inscrito no CNPJ sob nº 03.274.494/0001-90, por intermédio de seu Presidente, Sr. Valtter Ferreira Torres, convoca toda a categoria profissional dos empregados condutores de veículos em duas ou três rodas, motorizados ou não, que prestam serviços de forma contínua ou eventual em estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços, transportadoras, agências em geral, plataformas digitais e aplicativos de entrega, abrangendo motoboys, motociclistas e ciclistas de entregas rápidas, conforme CBOs nº 5191-05 (Ciclista Mensageiro – Bikeboy) e nº 5191-10 (Motociclista – Motoboy), entregadores em plataformas digitais e aplicativos de entregas, integrantes da base territorial do Estado do Rio Grande do Sul, associados ou não ao sindicato, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se: Local: Rua Itaboraí, nº 1090, Bairro Jardim Botânico, Porto Alegre/RS Data: 10 de abril de 2026 Horário: Primeira convocação: 15h30min (com quórum estatutário). A segunda convocação: 16h00 (com qualquer número de presentes). A Assembleia será realizada com votação individual, mediante registro em lista de presença, sendo as deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes. ORDEM DO DIA Deliberação sobre negociação coletiva: 1 - Avaliar a conveniência e oportunidade de instauração de negociações coletivas com sindicatos da categoria econômica, empresas em geral, plataformas digitais e aplicativos de entrega, visando à celebração de Acordos Coletivos de Trabalho e Convenções Coletivas de Trabalho. 2 - Pauta de reivindicações. Discussão, apreciação e deliberação da pauta de reivindicações da categoria, incluindo: Revisão e reajuste salarial; Fixação de piso salarial; Definição de valores mínimos por entrega; Condições de trabalho; E demais cláusulas de natureza econômica, social, sindical e jurídica. 3 - Medidas coletivas e conflito: Deliberação sobre eventual deflagração de greve e autorização para o sindicato instaurar Dissídio Coletivo perante o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), na defesa dos interesses da categoria. 4 - Assembleia permanente: Deliberar sobre a manutenção da assembleia em caráter permanente até a conclusão das negociações coletivas, com possibilidade de reconvocação por meio de boletins, redes sociais e aplicativos de comunicação. 5 - Financiamento sindical: Deliberação acerca da instituição de contribuições negociais, assistenciais e/ou confederativas, aplicáveis a trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, bem como: I - definição dos valores; II - forma de cobrança; III - estabelecimento do direito de oposição dos trabalhadores não sindicalizados. 6 - Poderes de representação: Deliberação sobre a outorga de poderes ao Presidente do Sindicato para: Negociar e firmar instrumentos coletivos; Aceitar ou rejeitar propostas; Constituir comissões de negociação; Nomear procuradores. 7 - Atuação judicial do sindicato: Autorizar o sindicato a atuar como substituto processual, inclusive para: Ajuizamento de ações coletivas; Ação Civil Pública; Ações de cumprimento. 7 - Câmara de conciliação prévia Deliberação sobre a criação e funcionamento de câmara de conciliação prévia no âmbito da categoria. 8 - Condições de trabalho: Deliberação geral sobre condições de trabalho dos motociclistas e ciclistas profissionais. Renovamos como importante a participação de todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional, sejam sindicalizados e não sindicalizados, na assembleia convocada. Porto Alegre, 01 de abril de 2026. Valtter Ferreira da Silva - Presidente Sindimoto

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: Informações sobre a Companhia: A Recrusul S/A (B3 Brasil: RCSL3, RCSL4) é uma holding operacional de negócios industriais no segmento de implementos rodoviários, refrigeração de transportes/industrial e fabricação e montagem de tratores situada na cidade de Porto Alegre – RS. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2026. **Operação de Alienação Imobiliária:** Na data de 03 de setembro de 2017 foi deferido a alienação do ativo imobiliário da Companhia na cidade de Sapucaia do Sul – RS, passando de proprietário do parque fabril para locatário do bem industrial. Os recursos oriundos desta alienação totalizaram R\$ 17.000, naquela data, e serviram para amortizar parcialmente os valores devidos no âmbito da novação de dívidas, de janeiro de 2016, de credores trabalhistas e girográficos. Através da venda direta foi elaborado Instrumento de Compra e Venda que regulou tanto a alienação do imóvel à autora como a relação locatícia da requerente com esta, a partir da daquela data. No referido Instrumento, resultou pactuado que a Recrusul S/A, na qualidade de locatária, ocuparia o imóvel pelo período mínimo de 80 (oitenta) meses, contados da data da homologação do contrato ocorrida em 03/09/2017. Após diversas negociações, a Companhia conseguiu alongar o prazo de permanência no imóvel até 28/04/2025, iniciando, a partir desta data, a realocação fabril informada nos Fatos Relevantes do dia 13/12/2024 e no próprio dia 28/04/2025. **Realocação Fabril:** Em continuidade ao processo de alienação imobiliária, a Companhia em 28/04/2025, iniciou a realocação fabril de sua planta industrial da cidade de Sapucaia do Sul – RS para a cidade de Porto Alegre – RS no endereço situado na Avenida das Indústrias 972 Bairro Anchieta CEP 90.200-290. Em virtude da transferência de equipamentos pesados e implantação de novo layout fabril, a Companhia poderá ter impactos em seu volume de produção. Em função da mudança de endereço da sede social, a Companhia convocará AGE – Assembleia Geral Extraordinária para atualizar o novo endereço em seu Estatuto Social. **Aspectos e Continuidade Operacional:** A Companhia havia apresentado hiato de vendas, faturamento e produção nos anos de 2016 e 2017 em função da forte crise que assolou o setor de implementos rodoviários naquela época. Entretanto, já no ano de 2018 voltou a apresentar normalidade de suas operações, conforme noticiado em FATO RELEVANTE de 02/05/2018. A Companhia nos últimos anos lançou diversos implementos rodoviários da linha granoleira, carga seca, basculante e baú lonado tipo sider nas versões três eixos, quatro eixos e rodo-trens além de manter sua carteira da linha de tanques inox e carbono, tanto para produtos de

O referido do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 31 de março de 2026 pela HLB Brasil Assurance, sem modificações.